



A sombra da terceira margem

The third bank shadow

Rafael Pansica

rpansica@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-9033-5610>

Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp), Campinas, São Paulo/ Brasil

Resumo: Este breve ensaio propõe ler o conto “A terceira margem do rio” como um mito político. Articulando-o a outros textos – ao *Livro de Jó*, por exemplo, mas também a outros contos de *Primeiras Estórias* (1962) –, focamos nossa atenção na sombra misteriosa que o pai canoieiro projeta sobre o fluxo fluvial para sugerir a presença de uma figura política inesperada a se insinuar nessa margem terceira.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; A terceira margem do rio; Mito de origem.

Abstract: This brief essay proposes to read the short story “A terceira margem do rio” as a political myth. By linking it to other texts – to the *Book of Job*, for example, but also to other stories in the *Primeiras Estórias* (1962) –, we focus our attention on the mysterious shadow that the canoeing father projects over the river’s flow to suggest the presence of an unexpected political figure insinuating himself on the third bank of the river.

Keywords: Guimarães Rosa; The third bank of the river; Origin myth.

“O grande erro, o único erro, seria acreditar que uma linha de fuga consiste em fugir da vida; a fuga para o imaginário e para a arte. Fugir, ao contrário, é produzir algo real, criar vida, encontrar uma arma”

(Gilles Deleuze)

A partida que suspende a morte que suspende a vida é uma perspectiva que ninguém, oxalá, quererá ocupar – não, pelo menos, a partir de certa compreensão do relato narrado em “A terceira margem do rio”. Um verdadeiro desafio de sentido: para o pai que parte, para o narrador partido e para quem o reparte, interpretando-o publicamente. Uma ensaísta com a erudição de Walnice Galvão, por exemplo, dedicou-lhe pouco menos de seis páginas no montante das setenta e oito que compõem sua *Mitologicas rosianas* – coletânea de três diferentes estudos indispensáveis para a nossa fortuna crítica. Galvão termina sua análise do conto assim:

E basta. Para escrever a respeito dessa estória, seria necessário uma mão iluminada como a de Guimarães Rosa. Que se leia, sucessivas vezes, mil vezes, enésimas vezes, não uma e duas vezes, em respeito a sua proposta, “A terceira margem do rio”. (1978, p. 46)

Outra referência incontornável da crítica rosiana, José Miguel Wisnik, em palestra gravada pela TV Cultura de São Paulo para a série *Grandes Cursos Cultura na TV*, expõe percepção parecida sobre o conto, já na abertura de sua fala:

É um dos contos mais luminosos, encantados, indizíveis. Difícil de tratar; difícil dizer algo sobre ele. Nosso consolo é o seguinte: “A terceira margem do rio” é um texto que a gente pode passar a vida inteira lendo, não é? O melhor método é esse: deixar passar uns anos para ler de novo, depois mais uns anos para ler de novo... É conversando com a vida que o conto se deixa ler¹.

E então, ressoando a sugestão de Galvão, Wisnik passa a ler o conto inteiro para a plateia, comentando-o parágrafo por parágrafo. Provavelmente não haverá melhor forma de analisar esta estória. Sem poder analisá-la aqui exatamente assim, proponho, contudo, uma leitura inspirada nessa abordagem mais empírica, em contato mais direto e insistente com o texto analisado. A ideia é não tirar os olhos do conto, mesmo quando a mirada se der de um ponto mais panorâmico, o que só se fará quando um detalhe do texto justificar o movimento, o desdobramento, a intertextualidade. “A terceira margem do rio” parece, de fato, conectar-se fundamentalmente com

¹ A palestra (sem data) está disponível em https://youtu.be/c4psxfwA_A8 . Acesso em 10 ago. 2022.

outros contos de *Primeiras Estórias* (1962) e com outras estórias anteriores a estas primeiras (como o *Livro de Jó*, por exemplo). O que se segue é um esforço para justificar algumas conexões intertextuais, sugeridas ao longo do texto, para compor uma proposta de leitura bastante inusual deste conto tão impactante e misterioso².

Três margens: duas navegações

Para começar, observemos a associação imediata entre os títulos de “A terceira margem do rio” e “As margens da alegria”. Se são três as margens no rio, serão duas as margens entre alegria e tristeza no conto de abertura de *Primeiras Estórias*. A primeira margem é aquela por onde o Menino passa subitamente de uma alegria inicial para uma tristeza inesperada (“entre o contentamento e a desilusão, na balança infidelíssima, quase nada medeia”, p. 10)³. Inversamente, a segunda margem é aquela por onde o Menino passa de uma tristeza brusca para uma Alegria maiúscula (“Era, outra vez em quando, a Alegria”, p. 12). “Os cimos”, conto que fecha *Primeiras Estórias*, é escrito como continuação e desdobramento de “As margens da alegria”. O mesmo Menino que passou pela primeira e pela segunda margens no conto de abertura passará por uma terceira margem neste conto final. Preocupado com o estado de saúde da Mãe, o Menino vivenciará aí a travessia gradual de uma tristeza angustiante para uma fé augusta: travessia que é também a passagem da sensação inicial do voo parado do avião (“ele voava o voo – que parecia estar parado”, p. 153) para a sensação sonhosa, no final do conto, do voo parado do tucano (“ao voo, ainda muito mais vivo, entoante e existente – parado que não se acabava – do tucano”, p. 159). Chegamos assim a um ponto curioso: se considerarmos a evolução do Menino neste par de contos (“As margens da alegria” e “Os cimos”) reconheceremos, para além do conto que é o objeto central deste artigo, a existência de outras três margens em *Primeiras Estórias*, das quais se destaca, também, a terceira: enquanto a

² Antes de avançar, quero agradecer a leitura generosa que a Profa. Yudith Rosenbaum ofereceu a um rascunho deste texto, permitindo-me o amadurecimento das reflexões aqui apresentadas. Quero agradecer também ao CNPq pelo financiamento da pesquisa de doutoramento em curso a que este artigo está vinculado.

³ A edição de *Primeiras Estórias* que me utilizo aqui é a de 1988, da editora Nova Fronteira. Diferentemente das outras citações, referir-me-ei aos contos deste livro indicando apenas as páginas.

primeira e a segunda margens do Menino se dão no plano baixo do terreiro da casa dos tios (entre a morte do peru e o aparecimento do vaga-lume), a terceira margem se daria no plano alto desse mesmo terreiro, a partir do voo diário do tucano para o cimo de uma grande árvore. Ou melhor: parece haver um movimento gradual ascendente nessas três margens pelas quais o Menino passa (que se dão nos encontros que ele mantém com três bichos voadores): a morte do peru domesticado se dá no chão; o voo do vaga-lume se dá entre o chão e o céu; e o voo diário do tucano selvagem se dá no céu para o cume de uma árvore. Ora, que relação as três margens do Menino estabelecem com as três margens do rio? Abordaremos essa questão ao longo do texto.

Para além da figura da margem, há outros aspectos formais e temáticos que conectam “A terceira margem do rio” ao conjunto das estórias do Menino em *Primeiras Estórias*. Todas essas três estórias tratam da mobilização de um núcleo familiar causado pelo distanciamento de um de seus membros. Semelhantemente ao núcleo familiar do Menino, composto de Pai, Mãe, Tio e Tia (personagens assim nomeados), o núcleo familiar de “A terceira margem do rio” é composto de “nosso pai”, “nossa mãe”, “minha irmã”, “meu irmão”, “tio nosso”. Ninguém é tratado pelo nome próprio, e todos são referidos a partir da perspectiva do protagonista das estórias, que é o Menino, no caso do par espelhado contos, e o filho caçula narrador, no caso de “A terceira margem do rio” (donde o “*nosso pai*”, “*nossa mãe*”, etc). Nas estórias do Menino é ele mesmo quem se distancia temporariamente de casa, viajando tanto a passeio (em “As margens da alegria”) quanto a trabalho de elaboração do trauma (em “Os cimos”). No caso de “A terceira margem do rio”, o distanciamento permanente de casa não é efetuado pelo filho caçula mas pelo pai da família, que parte nem *lato senso* a passeio, nem *stricto senso* a trabalho: o enigma de seu movimento despropositado, que é permanecer parado no meio do rio, conecta-se com as imagens do voo parado angustiante do avião e do voo parado empoderador do tucano, ambos em “Os cimos”– e veremos como o movimento parado da canoa no rio será angustiante para a família abandonada, mas empoderadora para o pai.

Mas “A terceira margem do rio” também tem seus espelhamentos internos, que se deixam ver a partir de sua autocomparação. Inicialmente, quero chamar a atenção para uma dinâmica de aproximações e afastamentos que os membros abandonados da família mantêm entre si diante do pai. No primeiro momento após a partida do pai, toda a família abandonada age em

concordância, solidariamente entre si, procurando aproximar-se daquele que partiu. Refiro-me à cena em que todos vão para a beira do rio, acendem um fogo, rezam para que ele volte. Depois o menino narrador toma a frente e decide cuidar do pai levando-lhe alguma comida, com a ajuda *velada* da mãe – o que já aponta um certo distanciamento e uma certa discordância (ambígua) entre mãe e filho diante do pai no rio. Em seguida a relação figura-fundo se inverte, pois é a mãe quem toma a frente de tentar resgatar o pai, deixando o filho narrador atrás a observar: ela chama o padre e depois os soldados para tentar obrigar o pai a retornar. Na derradeira tentativa de resgatar o pai, transcorridos muitos anos, toda a família se junta à beira do rio, lembrando aquela cena inicial em que acendem o fogo. E dessa vez é a filha quem toma a frente e organiza essa tentativa coletiva de resgate: ela se veste com vestido de noiva e seu marido segura o filho novinho sob um guarda-sol. A cena é linda e emociona toda a família reunida: mostravam-se e chamavam-lhe, para que o pai retornasse... Sem sucesso. A partir daí a família de fato se dispersa: a filha se muda com o marido; o filho do meio vai para a cidade. A mãe fica, mas só por um tempo: já envelhecida – todos a essa altura da estória já estavam envelhecidos –, a mãe decide ir para a casa de sua filha. Mas e o filho mais novo (o narrador)? Ele fica, sozinho, e deixa de dizer “nosso pai” para referir-se a ele como “meu pai”.

Toda essa dinâmica de aproximações e afastamentos parece ser elaborada por Rosa a partir da inversão e do espelhamento das duas cenas cruciais deste conto: a partida inacreditável e o retorno fantasmagórico do pai. A cena de sua partida é aberta pela ameaça da mãe: “*Cê vai, ocê fique, você nunca volte!*” (p. 32). A este ultimato da mãe soma-se o olhar manso que o pai lança ao filho, narrador, dividindo-o entre uma e outro: “Espiou manso para mim, me acenando de vir também, temi a ira de nossa mãe, mas obedeci [ao pai], de vez de jeito” (p. 32-33). Esse curto caminhar, hesitante e temerário em direção ao pai, no entanto, o anima: “*Pai, o senhor me leva junto, nessa sua canoa?*” (p. 33). E o pai? Após acenar para que o filho viesse, o pai recua: “Ele só retornou o olhar em mim, e me botou a benção, com gesto me mandando para trás” (p. 33). De modo que entre a esposa e o filho que desejam conjuntamente a não partida do marido-pai, entre a ameaça afirmativa de uma e a pergunta solidária do outro, tem-se algo como uma diferença de perspectivas.

Finda a cena, o pai entra na canoa e se lança sobre o rio para não voltar. E em sua vida na canoa, o pai vai ganhando uma força supra-humana, impessoal, ao não alcance de padre, soldado ou jornalista. Vide como o filho narrador resume a força do pai (e como ela está relacionada à impossibilidade de esquecê-lo):

[O pai] não armava um foguinho em praia, nem dispunha de sua luz feita, nunca mais riscou um fósforo. O que consumia de comer, era só um quase; mesmo do que a gente depositava, no entre as raízes da gameleira, ou na lapinha de pedra do barranco, ele recolhia pouco, nem o bastável. Não adoecia? E a constante força dos braços, para ter tento na canoa, resistido, mesmo na demasia das enchentes, no subimento, aí quando o lança da correnteza enorme do rio tudo rola o perigoso, aqueles corpos de bichos mortos e paus-de-árvores descendo – de espanto de esbarro. E nunca mais falou, com pessoa alguma. Nós, também, não falávamos mais dele. Só se pensava. Não, de nosso pai não se podia ter esquecimento; e, se, por acaso, a gente fazia que esquecia, era só para despertar de novo, de repente, com a memória, no passo de outros sobressaltos (p. 34-35)

Falávamos da inversão e do espelhamento entre as duas cenas cruciais de “A terceira margem do rio”. Após aquela derradeira tentativa da filha em resgatar o pai, os irmãos do narrador partem dali; ficam apenas a mãe e o filho narrador. Mas a mãe, como já destacamos, não fica por muito tempo. Logo ela se vai, mas de modo invertido, i.e., quieta e resignada. E se na primeira cena o menino quer ir com o pai mas fica com a mãe, nesta última cena o narrador provavelmente também quererá ir, com ou como a mãe, mas sente-se obrigado a ficar com esse pai oblíquo. E ao voltar a se perguntar sobre as razões que levaram o pai a provocar o inimaginável (“aquilo que não havia, acontecia”, p. 33), o narrador, sozinho, foi tomando ideia, foi alumando alguma ousada descoberta (“sou doido?”, p. 36), e, decidido, em direção ao rio, revive a cena da partida do pai, invertendo todas as ações. Na beira do rio, o narrador novamente se dirige ao pai, não mais com uma pergunta, mas com uma resposta: “*Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora o senhor vem, não carece mais... O senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...*” (p. 36). Ao que o pai, enfim, levanta da canoa e, em pé, olha e acena para o narrador, pela primeira vez desde a partida. Mas dessa vez não é o menino que se dirige ao pai, mas o pai que se dirige ao narrador,

adulto, proando para seu lado e encurtando a distância como para um passar de tocha... Neste momento decisivo, o filho recua e se vai, deixando ali o pai que ele havia chamado: “Porquanto que ele me pareceu vir: da parte do além. E estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão” (p. 37). Repetindo a atitude do pai na primeira cena (que acena para o menino vir, mas recua e com um gesto lhe indica o caminho de volta), o filho, já adulto, finalmente dá um passo para escapar daquela armadilha apertada do pai – mas, como se viu, não sem culpa e não sem pedir-lhe, pedir-lhe, pedir-lhe um perdão.

O grande poder imobilizador do pai sobre sua família é a invenção, voluntária ou não, de um movimento em estado de suspensão perpétuo: uma partida incompleta. Experiência comparável à das mães de perseguidos políticos que, na ausência dos filhos, são obrigadas a seguir sua maternidade vinculadas a um filho vivo-morto, na eterna expectativa do retorno do seu corpo (vivo ou morto). Trata-se de uma expectativa infinita, de um tempo circular e fechado, em *looping*: o dia que nunca chega faz de toda experiência temporal um dia que nunca passa... Espécie de *Kairos* diabólico modulado por *Cronos* (devorador de sua própria prole).

A terceira margem do rio é um mecanismo de suspensão que procura impedir a passagem, dificultando todo movimento. Observemos, por exemplo, como o trato carinhoso familiar é suspenso pelo mecanismo montado, conscientemente ou não, por esse pai “cumpridor, ordeiro, positivo” (p. 32). Lembremo-nos da família abandonada a chamar o pai na beira do rio, ou do filho narrador a lhe levar comida com a ajuda velada da mãe, ou da filha mais velha a lhe apresentar seu neto e a clamar seu retorno – mas o pai, sempre, a reagir com irreparável indiferença: “nem queria saber de nós; não tinha afeto?” (p. 35). A circulação do amor nessa família, à margem desse terceiro imobilizador, é praticamente impossível – e não será por acaso que esta estória nos chegue como elaboração de um narrador solitário, anônimo, envelhecido na tristeza.

Também não será por outra razão que o regime da espera em “A terceira margem do rio” se distinga fundamentalmente da esperança do Menino nos contos que abrem e fecham o *Primeiras Estórias*. Para o Menino triste fora de casa, a esperança constitui-se como o traçado alegre de uma linha de fuga: reabertura ao mundo em um expandir-se e sair-se de si. Mas para o narrador melancólico de “A terceira margem do rio”, que vive e envelhece sem sair de casa, a espera representa um fechamento, um cerco familiar a prender e amarrar todos os membros desse núcleo. Para

os que ficaram, trata-se da expectativa constante do retorno do pai-marido; e, para este, tratar-se-ia, talvez, da expectativa de ser resgatado de lá por alguém que desvendasse o sentido do enigma que ele encerra, alguém que herdasse e desse continuidade à missão que ele se propôs. A expectativa é um mecanismo comum que qualquer núcleo familiar pode desenvolver. Entre as gerações de uma família, a espera pode se constituir como o desejo de reprodução e de continuidade: expectativa projetada pelos pais sobre os filhos, para que eles ocupem a mesma posição dos pais, desenvolvendo seu legado e responsabilizando-se por passá-lo adiante para a geração seguinte. Essa reprodução familiar é uma forma eficaz de impedir seu movimento centrífugo. E, neste conto, de fato, algo se reproduz de uma geração à outra, ainda que de modo diferente para cada membro abandonado da família. O filho do meio se assemelha ao pai: sem que os leitores ouçam sua voz ao longo de toda a narração, ele termina mudando-se para uma cidade e isolando-se da família. A filha também se assemelha à mãe: além de ela mesma se tornar mãe (ainda que ao lado de um marido até então companheiro, pai presente), ela espelha a mãe tanto ao assumir a frente naquela derradeira tentativa de resgatar o pai, quanto ao hospedar a mãe em sua casa (quando um irmão se foi e o outro ficou). E o filho narrador?

O filho narrador é o espelhamento ambíguo de seu pai: um que, no mesmo passo, aproxima e afasta os termos espelhados. Enquanto o pai, em vida, se coloca a si mesmo dentro de uma canoa, seu filho caçula deseja ser colocado, na morte, por outrem, em uma outra canoa. Enquanto o filho pode ser descrito, comparativamente, como aquele que mais narra do que age, o pai seria aquele que mais age do que fala. Espelhamento um do outro, filho e pai são inversões que se atraem mutuamente dentro de uma lógica de imobilidade, pois ambos são os que não saem de seus respectivos espaços: o filho fica em casa (e não ultrapassa a terceira margem); o pai fica na canoa (e não atravessa o rio). Por outro lado, e paradoxalmente, o espelhamento que o prende ao pai é também o que lhe permite escapar dele. Não podendo, como o Menino de “As margens da alegria” e “Os cimos”, procurar escapar da tristeza por meio da esperança (i.e., da alegria a florescer de um ambiente em que impera o seu contrário), o narrador, sozinho e extremamente angustiado (“essa vida era só o demoramento”, p. 36), começa, como dissemos, a alumiar intuitivamente uma ideia ousada (“sou doido?”), que ganha forma e toma corpo num rompante. Pois é movido por essa ideia poderosa que ele vai ao rio e chama o pai, para vê-lo pela última vez. (Como diz Riobaldo a certa

altura de seu grande relato, “o sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”, 1956, p. 41). Que ideia era essa? Ora, agir como pai: o pai já tinha feito o seu tanto, agora era a vez dele – disse o filho ao pai. E quando o pai aparece, chamado do jeito que ele, pai, queria ser chamado (o narrador acabara de descobrir o modo de quebrar a indiferença do pai...), neste momento, o filho age exatamente como o pai: o chama e depois o abandona. E este é o espelhamento mais fiel desse filho ao pai, pois ele quebra o padrão dos espelhamentos por inversão e a realiza como um espelhamento por repetição: desde a ideia ousada que lhe acomete, passando pelo chamamento que cria uma expectativa no interlocutor até a quebra dessa expectativa, tomada como uma traição sem explicação. Deliberadamente ou não (“sou o que não foi, *o que vai ficar calado*”, p. 37, grifos adicionados), esse filho-narrador historicamente obstinado em negar o abandono do pai – respondendo a ausência e a indiferença paternas com preocupação, presença e cuidado –, interrompe a longa inércia de seu movimento solidário para assumir o abandono e, mais que isso, completá-lo. O filho-narrador dobra o afastamento: como se o distanciamento do pai fosse pela metade, e ele, o narrador, intuisse (numa espécie de instinto de sobrevivência emergindo de uma profunda angústia desta vida que “era só o demoramento”, p. 36), como se ele intuisse que era preciso completar a outra metade do distanciamento, partindo na direção contrária, inversa, antípoda. Aquele “sou o que não foi” ganha destaque aqui: sou o que não foi para a canoa do pai, o que fugiu dali... E mesmo que essa fuga seja inevitavelmente um caminho de culpa, ela não deixa de ser necessária como único caminho para a *realização da perda* (aquela que estava em suspensão contínua): trata-se, portanto, da transformação daquela suspensão em uma perda efetuada, realizada, atualizada.

E efetuada a perda, sua elaboração pode passar da melancolia ao luto. Pois se é verdade que a narrativa do filho, a elaborar sua própria história para si e para outrem (seu leitor ou seu ouvinte), se constitui como um pedido de des-culpas ao pai (“estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão”, p. 37), é verdade também que o regime de expectativa que o prendia ao pai sofre uma quebra, uma pequena fratura. Com efeito, me parece ser a emergência de um fio de esperança, nesse fim de vida, que o leva a imaginar sua estória de morte como um navegar fluido, natural, abaixo, afora e adentro do rio. Sua última esperança (talvez sua primeira depois de longos anos de expectativa):

Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde, e temo abreviar com a vida, nos rasos do mundo. Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não para, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio afora, rio adentro – o rio (p. 37).

Comparando a frase final do conto (“eu, rio abaixo, rio afora, rio adentro – o rio”) com aquela outra frase famosa, anterior, mais associada ao pai (“o rio-rio-rio, o rio – pondo perpétuo”, p. 36), teremos um ponto de apoio para sugerir uma fratura da culpa melancólica do filho, revelada quase que voluntariamente por sua narração na especulação desigual das frases. Há quatro rios nas duas frases acima citadas. Enquanto o filho narrador pode ser associado aos três primeiros rios da frase que o autocaracteriza (“eu, *rio* abaixo, *rio* afora, *rio* adentro” – o quarto sendo o próprio rio, i.e., o destino para o qual os três movimentos primeiros caminham), o pai, na frase espelhada, parece ser apenas o rio entre hífen (“o rio-*rio*-rio, o rio – pondo perpétuo”), parado no meio da corrente, mas contornado à esquerda e à direita por “o rio”, que continua, depois da vírgula, a fluir – perpetuamente. Tudo se passa como se o filho desejasse se fundir ao rio (deixando-se levar por ele, imaginando-se adentro dele), e o pai desejasse, de alguma maneira, se impor ao rio, não se deixando levar por seu fluxo, mantendo-se imóvel no meio dele, como se fosse uma barreira a controlar sua corrente⁴. Esse filho que deseja se fundir profundamente ao rio, que teme abreviar com a vida nos rasos do mundo, não será mais aquele filho que outrora queria se parecer com o pai. Dito de outro modo: aquele “foi pai que um dia me ensinou a fazer assim” (p. 35), expressão que o narrador costumava dizer às pessoas, já não o descreve no final de sua vida, pois a navegação que o filho deseja para sua morte é completamente outra, bem distinta da navegação do pai. Alguma coisa se transformou, ao fim, na relação do filho para com seu pai: alguma coisa vazou, rompeu, fluiu...

⁴ O propósito fixo do pai em não se deixar levar pelo fluxo do rio fica bem claro na passagem a seguir. (A gente começa a ler o trecho em itálico achando que é uma pergunta, um questionamento do narrador – mas na verdade é uma afirmação): “Eu mesmo tinha achaques, ânsias, cá de baixo, cansaços, perrenguice de reumatismo. E ele? Por quê? Devia de padecer demais [ele, o pai]. *De tão idoso, não ia, mais dia menos dia, fraquejar do vigor, deixar que a canoa emborcasse, ou que bubuiasse sem pulso, na levada do rio, para se despenhar horas abaixo, em tororoma e no tombo da cachoeira, brava, com o fervimento e morte*” (p. 36, grifos adicionados).

Do jacaré

O narrador não quer ser enterrado ao morrer. Aquele que passou a vida toda em casa (e “teme abreviar com a vida, nos rasos do mundo”, p. 37), revela, em seu relato, o desejo de ser levado e lavado a fundo pelo rio, adentro dele, engolido por ele. Seu relato constitui-se simultaneamente como a elaboração, para alguém, de sua própria história, e como um pedido final, para alguém, sobre o destino de seu próprio corpo. Ou seja: além de uma auto-elaboração, a relato de vida constitui-se também como um desejo de relação com outrem (que não o pai). Não sabemos qual foi o destino do pai – nem nós, nem o protagonista (“sei que ninguém soube mais dele”, p. 37) –, mas podemos intuí-lo: ou o pai, cansado, desembarcou da canoa pra morrer em terra; ou permaneceu até o fim em sua canoa, sozinho, vencido pelo rio, engolido involuntariamente por ele. Na verdade, nos dois casos o pai terá sido vencido pelo rio que é obviamente mais perpétuo do que ele – o que nos faz pensar sobre sua luta, sua missão impossível de tentar se igualar ao rio, seu desejo (entre louco e doentio) de tentar domesticá-lo. Ainda que o pai tenha se mostrado um navegante audaz e mítico, a lançar-se sobre o rio apenas com sua canoa e a impor-lhe, de certa forma, uma terceira margem, seu esforço é bastante questionável: implicou grande imobilidade para sua família (que, no entanto, consegue enfim escapar...), efeitos menores na comunidade, e quase nada sobre o rio, imemorial, que continuou a fluir perpétuo e largo, “de não se poder ver a forma da outra beira” (p. 32). Da perspectiva do rio, aliás, essa luta que durou a maior parte da vida do pai, não dura a menor parte de sua própria vida. Confronto muito desigual; desproporcional até quando comparada à de Davi e Golias.

Não é, contudo, essa passagem bíblica que nos fará avançar na leitura de “A terceira margem do rio”, mas outra: a do jacaré... “Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar. E a canoa saiu se indo – a sombra dela por igual, feita um jacaré, comprida longa” (p. 33). Jacaré é uma imagem que, em *Primeiras Estórias*, só aparece em “A terceira margem do rio” e em seu conto espelhado, a saber, “Partida do audaz navegante”. Refiro-me aqui a uma chave de leitura muito interessante, difundida na fortuna crítica, sobre a estrutura de *Primeiras Estórias* ser espelhada, especulada, articulando seus contos em pares a partir da narrativa que divide o sumário do livro em duas metades simétricas (“O espelho”). Tal chave de leitura ganha força nesta análise que destaca alguns elementos comuns entre os

dois contos acima referidos. Em especial, o fato de que esses dois contos apresentem o/a caçula do núcleo familiar a narrar a estória de um navegante: Brejeirinha, a filha mais nova em “Partida do audaz navegante”, também é uma narradora, tal qual o filho mais novo em “A terceira margem do rio”. E são esses caçulas que trazem a figura do jacaré para *Primeiras Estórias*:

[Brejeirinha] falou que aquela, ali, no rio, em frente, era a Ilhazinha dos Jacarés. — “Você já viu jacaré lá?” – caçoava Pele [sua irmã do meio]. — “Não. Mas você também nunca viu o jacaré não estar lá. Você vê é a ilha, só. Então, o jacaré pode estar ou não estar...” (p. 108)

A Ilha do Jacaré, a dividir imóvel as águas do rio, não deixa de fazer uma referência cifrada à terceira margem de seu conto espelhado. O ponto é que essa figura insinuada do jacaré não parece gratuita. Ao contrário, ela se nos impõe como uma questão enigmática. De minha parte, me parece que esse jacaré de “A terceira margem do rio”, o pai-canoa que projeta sua sombra por igual, que conjuga e paralisa todas as diferenças – nem presente, nem ausente; nem vivo, nem morto; nem bicho, nem gente; nem triste, nem alegre (só quieto) –, de quem ninguém pode se esquecer; impessoal em seus afetos familiares; inatingível e incompreensível; recebedor de tributos regulares; incorporação de um poder sobre-humano que nem o padre nem os soldados lhe podem destituir (e sem ser alcançado pela imprensa); esse pai, enfim, me parece ser a figuração de um Estado absoluto e totalitário: o próprio Leviatã, monstro bíblico das águas, associado em certas traduções/tradições bíblicas ao crocodilo.

Este Leviatã bíblico tem presença importante no conhecido *Livro de Jó* que, ao modo de “A terceira margem do rio”, também trata da tensão imanente às relações entre pai e filho. A fé, a integridade e a fidelidade de Jó, filho destacado por Deus Pai, são questionadas e testadas por meio de uma aposta que o Diabo propõe a Deus. A aposta é aceita e Jó é submetido a duas grandes provações. Na primeira delas Jó, o mais rico (e abençoado) filho do oriente, perde tudo o que o narrador do livro considera propriedade: bois, jumentos, ovelhas, camelos, os servos que cuidavam desses animais, seus sete filhos e suas três filhas. Jó reconhece essas perdas como castigo divino, visto que rasga seu manto, raspa sua cabeça e diz: “Nu saí do ventre de minha mãe e nu para lá hei de voltar. O Senhor deu, o Senhor tirou; bendito seja o nome do Senhor!” (Jó 1:21). A leitora e o leitor já podem

perceber a aproximação entre as duas narrativas. De modo geral, a posição de Jó perante Deus se assemelha à do filho narrador perante o pai: nem Jó nem o narrador sabem as razões do pai, mas devem seguir vivendo com os infortúnios que sua decisão lhes causou. A lição moral paternalista do texto bíblico me parece clara: é impossível entender as razões soberanas do pai e ultrajante tentar julgá-las justas ou não – o que cabe ao filho é aceitar o destino que seu pai lhe concedeu. Não será por outra causa que o Leviatã do texto bíblico mostre-se absolutamente amedrontador e monstruoso: trata-se de representar o poder desmedido e soberano de Deus pai sobre seus filhos. Assim, entre o fim do capítulo 40 e o início do 41 deste livro, Deus apresenta a figura do Leviatã para Jó da seguinte maneira: “Eis que o rio cresce – e ele [o Leviatã] não se move, nem quando o Jordão se precipita na sua goela” (CARDOSO, 1943, p. 171).

O trecho citado é da tradução livre de Lúcio Cardoso que a editora José Olympio famosamente publicou nos anos 1940. Comparando este trecho da tradução de Cardoso ao conto rosiano, me impressiona muito esta semelhança: um rio movimentando-se em contraponto a uma figura fixa, indiferente e absolutamente poderosa. No trecho seguinte desse livro bíblico Deus se dirige assim a Jó: “Porventura iria pedir-te [ao Leviatã] que desistisses das tuas intenções e tentar brandamente fazer-te mudar de ideias? [...] Não! É absolutamente inútil tentar capturá-lo!” (Jó 41: 3, 9)⁵. Estas palavras de Deus a Jó sobre a desmedida do Leviatã parecem feitos sob medida aos personagens abandonados de “A terceira margem do rio”: tal qual é para o Leviatã, também não será possível fazer o pai na canoa desistir de suas intenções. Há, por fim, este seguinte trecho que remonta diretamente à cena final em que o filho narrador de “A terceira margem do rio” chama e foge de seu pai, momento em que este se levanta da canoa, acena para o filho e se aproxima dele: “Quando se ergue [o Leviatã], até os mais valentes têm medo e ficam paralisados de terror” (Jó 41: 25).

Somam-se assim uma série de indícios que justificam a aproximação aqui proposta entre esses dois textos (“A terceira margem do rio” e o *Livro de Jó*): [1] o jacaré; [2] o Leviatã-pai imóvel no meio de rio fluente; [3] a irredutibilidade do Leviatã-pai em relação aos pedidos do filho; [4] o movimento de levante do Leviatã-pai que assusta o filho. E sobre este último

⁵ Ver <https://www.biblegateway.com/passage/?search=J%C3%B3%2041&version=OL>
Acesso em: 10 ago. 2022.

ponto vale a pena apresentar as seguintes observações. O filho narrador certamente se amedrontou com aquele pai que parecia vir do além, mas ele não se paralisou: ao contrário, ele se afastou e não se submeteu à vontade do pai que se aproximava para passar seu lugar e sua missão a ele. E é por isso que se considerarmos este conto como uma variação rosiana do relato bíblico referido, seremos obrigados a reconhecê-la como uma versão crítica, desviante, insubmissa, que não subscreve a mensagem do *Livro de Jó*. Afinal, o destino do filho narrador (o “Jó rosiano”) não se encerrou nas mãos e na vontade do Pai Leviatã.

A versão hobbesiana do Leviatã bíblico também nos interessa para a análise de “A terceira margem do rio”. Esse pai-canoa, sombra de um jacaré predador sobre o rio, pode ser lido como uma alegoria do Estado absoluto hobbesiano: ordeiro e cumpridor; impessoal em seus afetos familiares; inatingível e incompreensível (arbitrário); recebedor de tributos; construído, como na imagem do frontispício do livro de Hobbes, pela junção de partes distintas e contraditórias (neutralizando a potência das alteridades ao homogeneizar as diferenças); além de ser a incorporação de um poder sobre-humano que nem o padre, nem os soldados ou a imprensa, sozinhos, podem destituir; etc. O fato da canoa dar lugar apenas a uma pessoa não será fortuito, nem o fato de ser construída para poder durar uma eternidade sobre o rio, pois o Estado hobbesiano, idealmente monárquico, pretende-se um construto eterno, dotado de vida e alma artificiais:

Do mesmo modo que tantas outras coisas, a natureza (a arte mediante a qual Deus fez e governa o mundo) é imitada pela arte dos homens também nisto: que lhe é possível fazer um animal artificial. Pois vendo que a vida não é mais do que um movimento dos membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não poderíamos dizer que todos os autômatos (máquinas que se movem a si mesmas por meio de molas, tal como um relógio) possuem uma vida artificial? [...] E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, o Homem. Porque pela arte é criado aquele grande Leviatã a que se chama Estado, ou Cidade (em latim *Civitas*), que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. E no qual a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro (HOBBS, 1651, p. 09)

O Leviatã – artificial, maquinal, de dimensões sobre-humanas – institui-se idealmente como uma realidade dotada de força inatacável. Ele é a fuga e a ruptura do estado de natureza descrito por Hobbes. Em “A terceira margem do rio”, a própria instauração daquilo que *não havia mas acontecia* remete ao debate contratualista a respeito da instauração do Estado. Não me refiro apenas à saída do pai, que cinde o tecido familiar e cria um espaço hegemônico separado e imposto sobre a família, mas também e sobretudo à natureza ambígua deste ato de instauração: o ato do pai constitui-se tanto como uma expressão de sua liberdade individual (sua capacidade de criar uma instituição) quanto como uma expressão de seu próprio cerceamento, da autorrestrição de sua liberdade. De modo geral, são nesses termos – agir livremente para abrir mão de parcela da liberdade – que tradicionalmente é posta a questão e a reflexão sobre a natureza paradoxal do ato instituinte do contrato social.

Ponto importante: como o Leviatã hobbesiano, esse pai é um terceiro. Mas ele não é propriamente como o terceiro hobbesiano, pois, diferentemente deste, ele não se institui contra o que acredita ser um estado de conflito generalizado, de guerra de todos contra todos. Em “A terceira margem do rio” o único sinal de conflito social, se houver, virá da perspectiva do pai (que é uma perspectiva misteriosa, que só ele ocupa): este conflito seria causado, se bem o adivinho, pelo fato de ele estar casado com uma mulher que não lhe é submissa na administração da casa e da família. Lembremos das reações da mãe diante das atitudes do pai: primeiro ela “jurou muito contra a ideia [da canoa]” (p.32) e depois protestou enfaticamente contra a partida do esposo (“cê vai, ocê fique, você nunca volte”). Em especial, a mãe “era quem regia, e que ralhava no diário com a gente – minha irmã, meu irmão e eu” (p. 32). Essa mãe, que soa ordeira, cumpridora e positiva, ocupava um lugar de poder que o pai, também ordeiro, cumpridor e positivo, não ocupava. Este seria, talvez, o conflito do pai. Um conflito particular, único, não generalizado. Ora, o que eu acho interessante pensar a partir deste conto rosiano é o modo como o *possível conflito particular desse pai* funcionaria exatamente como o *impossível conflito generalizado de Hobbes* (a “guerra de todos contra todos” não é, escusado dizer, um juízo de fato ou uma descrição histórica; apenas uma inferência mítica, feita por Hobbes, a partir de sua análise das paixões políticas que animavam a realidade social que ele estudava – ver, sobre este ponto, SAFATLE, 2015). Tratar-se-ia,

aqui e lá, de usar a imagem de um conflito para justificar a instituição de um poder soberano – fundado na produção e difusão do medo, no caso da proposta hobbesina; e na produção e difusão da melancolia, no caso do pai do conto rosiano. A julgar pelas implicações familiares da partida desse pai – instaurador da margem que efetivamente faz nascer os conflitos familiares (a começar pelos do filho narrador, cujas angústias e melancolia podemos acompanhar na leitura) –, Rosa não tinha nenhuma ilusão acerca do potencial apaziguador da instituição estatal como um terceiro, sobreposto, a mediar e regular a vida no sertão.

São por essas razões que “A terceira margem do rio” pode ser lida como um mito da origem fracassada do Estado, ou da tentativa de ascensão perpétua do Leviatã que, ao fim e contudo, sofre sua queda. É verdade que a vida da família é marcada profundamente pela instituição temporária do Estado Paterno, mas ao fim todos se afastam de sua margem: o pai morre sozinho, sem deixar a ninguém o legado de sua missão. E que o conto termine como elaboração narrativa da vida dolorosa do filho na esperança de morrer não *sobre o rio* mas *dentro do rio* (fundido a ele, como parte de sua infinitude), me parece indicar o interesse rosiano pelos modos de resistência do sertão frente ao avanço dessa margem centralizadora, tomada, por alguns de seus críticos, como “civilizatória”. Sobre este ponto, lembremos que em sua famosa entrevista a Gunter Lorenz, Rosa associa o mergulho no rio ao mergulho profundo na alma do homem:

Escrevendo, descubro sempre um novo pedaço de infinito. Vivo no infinito; o momento não conta. Vou lhe revelar um segredo: creio já ter vivido uma vez. Nesta vida, também fui brasileiro e me chamava João Guimarães Rosa. Quando escrevo, repito o que vivi antes. E para estas duas vidas um léxico apenas não me é suficiente. Em outras palavras: gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco. O crocodilo vem ao mundo como um *magister* da metafísica, pois para ele cada rio é um oceano, um mar da sabedoria, mesmo que chegue a ter cem anos de idade. Gostaria de ser um crocodilo, porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade (1965, pg. 72)

De mostro marinho a figurar o Leviatã, o crocodilo passa a ser um mestre em metafísica. Tudo dependeria, imagino, do modo como ele se relaciona com o rio. Este trecho da entrevista é bastante curioso, pois aqui Rosa associa os mesmos motivos de “A terceira margem do rio” – o crocodilo, o rio, a solidão – de uma maneira tal que seu efeito alcança o extremo oposto da experiência humana: não a melancolia de “A terceira margem do rio”, mas o infinito da felicidade. Diz Rosa, na resposta seguinte desta entrevista: “apenas alguém para quem o momento nada significa, para quem, como eu, se sente no infinito como se estivesse em casa, o crocodilo com as duas vidas até agora, somente alguém assim pode encontrar a felicidade” (1965, p. 73). Deste mesmo modo consideramos a figura da terceira margem: se ela nos parece uma figura a cercear a vida em “A terceira margem do rio”, ela se apresentará como uma descoberta vital e potente para o Menino em “Os cimos”, que vive uma experiência marcante de rara felicidade naquele sonho acordado, infinito, do final do conto. Nada tem sentido em si mesmo – nem o crocodilo, nem o rio, nem a solidão, ou a terceira margem –, e tudo dependeria da perspectiva sob a qual essas coisas são articuladas, experimentadas, vividas. “É, e não é. O senhor ache e não ache. Tudo é e não é...” (1956, p. 27).

Corroborará essa leitura pela resistência rosiana do sertão “contra o Estado”, para usarmos a potente formulação de Clastres (1974), a observação, tão bem destacada por Galvão (1978) e Wisnik (1995), sobre o pai canoeiro da estória remontar e reelaborar, em alguma medida, o barqueiro Caronte: personagem mítico, grego, filho da Noite (Nix) e irmão da Morte (mas também da Desgraça, da Dor, da Velhice, do Sono, etc). Caronte é um típico personagem mítico, i.e., elaborado e reelaborado por gerações de autores provindos de contextos bem diversos. De modo geral, pode-se afirmar que Caronte era o responsável por um trabalho imemorial e repetitivo de levar as almas dos recém-falecidos ao Reino dos Mortos, no submundo de Hades, através da navegação dos rios Estige e/ou Aqueronte. Esta sina teria lhe sido imposta como um castigo de Zeus por sua tentativa de roubar a caixa de Pandora. Ao que parece, Caronte deveria trabalhar nessa travessia, recolhendo as moedas dos recém-falecidos (tributação que teria causado a desconfiança de seu irmão gêmeo, Corante, afogado por Caronte nas águas do rio que ficaram vermelhas...), até que outra pessoa aceitasse ocupar seu lugar e realizar seu trabalho. Um personagem definitivamente sombrio:

O barqueiro Caronte, velho e esquelético, mas forte e vigoroso, que recebia em seu barco passageiros de todas as espécies [...]. Todos se aglomeravam para passar, ansiosos por chegarem à margem oposta. O severo barqueiro, contudo, somente levava aqueles que escolhia, empurrando os restantes para trás. Espantado com o que via, Enéias perguntou a Sibila: “— Qual é o motivo dessa discriminação?”. “— Aqueles que são acolhidos a bordo do barco são as almas dos que receberam os devidos ritos fúnebres; os espíritos dos outros, que ficaram insepultos, não podem passar o rio, mas vagueiam cem anos abaixo e acima de sua margem, até que finalmente sejam levados” (BULFINCH, 1867, p. 258).

Transformar o barqueiro grego em um pai soberano parado no meio do fluxo fluvial sem levar ninguém a lugar nenhum, mas inseparável de uma canoa feita para um só lugar, não seria transformá-lo na sombra daquilo que detém o monopólio do uso legítimo da violência e da morte? Caronte e o pai canoero fazem trajetos e mediações diferentes: enquanto Caronte é obrigado a fazer o caminho da vida em direção ao reino da morte, o pai faria o caminho inverso, trazendo a morte (enquanto possibilidade sempre reafirmada) para o centro da vida familiar e do arraial: o pai como um mensageiro do dilúvio sempre a espreita, tal qual o velho e barbudo Noé. Este seria o sentido da morte, que ronda como um fantasma sem dizer seu nome, em “A terceira margem do rio”: a morte como política do Estado – a “necropolítica” (MBEMBE, 2003) – que, em *Primeiras Estórias*, se anuncia violentamente contra o sertão. Pois o Estado que passa seu trator sobre um cerrado tomado como lugar vazio e inócuo para edificar sua capital nacional (em “As margens da alegria” e “Os cimos”) é o mesmo Estado que, sob a mesma justificativa da modernização civilizadora, leva a filha e a mãe de Soroco para o “holocausto brasileiro” (ARBEX, 2013) ocorrido em Barbacena (em “Soroco, sua mãe, sua filha”), que é o mesmo Estado personificado no delegado do conto “Fatalidade” que se dá o direito de negociar a vida de quem ele próprio julgar merecedor da morte (justificando burocraticamente nos autos: “resistência à prisão, constatada...”, p. 59), que é o mesmo Estado personificado também no subdelegado seo Priscílio, de “O cavalo que bebia cerveja”, aliciando o pobre (e recém-órfão) do Reivalino para auxiliar uma força policial estrangeira a espionar um italiano, desertor da guerra, que tem um irmão misteriosamente assassinado no final da estória.

Fica por fazer uma comparação mais detida entre as naturezas e formas da violência estatal e não-estatal em *Primeiras Estórias* para melhor fundar (ou problematizar) a presente leitura da terceira margem fluvial rosiana. Mas acho interessante observar, desde já, que parece haver em Rosa a mesma indagação levantada por Clastres (1974) a respeito da origem do Estado num lugar cujas relações sociais se constituíam deliberadamente contra a irrupção do Estado (como é, por exemplo, o sertão riobaldiano já anunciado no primeiro parágrafo de *Grande sertão: veredas*: lugar aberto, sem fechos, que se divulga contra o arrocho de autoridade). Em que ponto desse sertão naturalmente anti-estatal encontrar-se-ia o germe por onde poderia nascer uma organização estatal? Retomando aquele impulso agonístico do pai do conto, em conflito com sua esposa pela apropriação soberana da posição ordeira, cumpridora e positiva da casa, perguntamos: tal impulso não partiria de uma interpretação religiosa-fundamentalista da soberania masculina? Isto é, de uma leitura que acredita na soberania como atributo exclusivo e eterno do Pai-Homem? Não parece ser por acaso que as referências religiosas do conto sejam Noé (que, no Alcorão, tem uma esposa descrente do domínio supremo de Deus⁶) e o Leviatã do *Livro de Jó*, famoso também por trazer em suas primeiras páginas um desentendimento conjugal em relação à autoridade suprema do Deus. Vendo seu marido desgraçar-se por um castigo que claramente lhe era imposto desde um lugar soberano, a mulher de Jó o incita a amaldiçoar essa autoridade – ao que Jó lhe responde: “Falas como falaria uma tola. Se aceitamos de Deus os bens, não deveríamos aceitar também os males?” (Jó 2: 10). Lembremo-nos, para o avanço desta linha interpretativa, que a religiosidade do pai de “A terceira margem do rio” é sugerida em diversos momentos da estória, tanto indiretamente pela descrição do narrador, que o toma como homem cumpridor, ordeiro e positivo (“sido assim desde mocinho e menino, pelo que testemunharam as diversas sensatas pessoas”, p. 32), quanto mais diretamente, na benção que ele bota no filho narrador antes de partir e na descrição que ele recebe de uma parcela do povoado, imaginando-o como um possível pagador de promessas ou um avisado de Deus quando se deram as grandes chuvas naquele

⁶ No “At Tahirim” (As proibições), 66ª Surata do Alcorão, lê-se, no versículo 10: “Deus exemplifica, assim, aos incrédulos, com as mulheres de Noé e de Lot: ambas achavam-se submetidas a dois dos Nossos servos virtuosos; porém ambas os atraíram e ninguém pode defendê-las de Deus. Ser-lhes-á dito: Entrai no fogo juntamente com os que ali entrarem!”

arraial. As referências a Noé e, sobretudo, ao Leviatã – o jacaré predador, o monstro mítico das águas –, dariam para o conto rosiano (assim como para o livro hobbesiano) um fundamento religioso *específico* para indicar o impulso do poder soberano como emergência estatal. Mas grife-se aqui: a religiosidade do pai terceiro não é a mesma, por exemplo, de Riobaldo, que bebe criticamente da fonte de muitas águas espirituais. A emergência do Estado no sertão estaria vinculado ao desenvolvimento de uma linha religiosa muito específica, patriarcal, não sincrética, mas fundamentalista quanto a interpretação da soberania como exclusivamente masculina.

O mistério é outro

A leitura que apresentei aqui foge da imagem dominante que parte importante da fortuna crítica foi, ao longo dos anos, consagrando para a interpretação da figura dessa terceira margem fluvial: um lugar em que a vida e o pensamento se dariam à margem dos binarismos, dos enquadramentos normativos, dos poderes instituídos e opressivos, das lógicas que sacrificam os imponderáveis. Esse pai corajoso e decidido, navegando contra a corrente do fluxo organizado entre duas margens, resignando-se ao julgamento popular e à incompreensão familiar, mas lutando com o mínimo de recursos (e assumindo todos os riscos) para viver o que acredita valer a pena – esse pai, assim interpretado, nos encanta a todos nós que sentimos o peso da normatividade na violência diária das forças depressivas e subjugadoras do regime sob o qual vivemos, e que nada tem a ver com os mistérios da existência ou com as potências do devir. Cansados, aprisionados, também gostaríamos de fazer o mesmo: sem dar qualquer satisfação, botar nossa canoinha nas águas, lançar o rosto ao sol e navegar fazendo sombra longa nesse rio ordeiro, cumpridor, positivo. Esta foi a primeira experiência de leitura que tive do conto, muitos anos atrás.

A leitura de que esse pai impessoal e indiferente estaria como que morto em sua canoa-caixão nunca havia me ocorrido antes de conhecer a recepção crítica especializada. Ela me interessa porque, complementar à primeira, aborda a melancolia que também atravessa a experiência de leitura desse conto. Afinal, esta estória é narrada a partir de uma posição que sempre será a nossa: nós, com pais vivos ou mortos, presentes ou ausentes, bem sabemos a sensação da experiência concreta desse vínculo tão difícil e delicado. A melancolia, aquém ou além do luto, sempre será

uma potencialidade da maneira como instituímos tal relação e é por isso, me parece, que ela está a marcar boa parte da vida de todos os familiares do pai canoieiro (sua esposa, inclusive). Um apelo desta leitura melancólica, enfim, é nos acalmar quanto à escassíssima possibilidade pragmática de uma vida como a do pai, vivendo com o mínimo, durante décadas, sozinho, no meio do rio. Neutralizando a navegação do pai como uma inegável fabulação literária, domesticamos resignados nosso impulso de também partir numa canoinha, rumar no contrafluxo, romper as amarras dessa vida corrente e cruel.

Essas duas leituras não deixam de ser, em alguma medida, induzidas pelo próprio autor do conto, que o compôs estruturando-o em torno das perspectivas do pai e do filho narrador. A primeira leitura se fundamenta na identificação do leitor com a figura do pai e a segunda na identificação com a figura do filho. Qualquer uma das duas perspectivas nos induzirá, poucos discordarão, a uma experiência de leitura tátil, concreta, que dá vazão à nossa própria sensação angustiante de prisão e cerceamento, colocando-nos diante de dois caminhos: o do pai, que teria tido a coragem de romper suas amarras; e o do filho, que não teria tido essa coragem. E é aqui que se encontra o mistério do conto: na sensação incerta de contraposição entre o caminho libertador do pai e o caminho constrangedor do filho. Insatisfatória, essa experiência de leitura permanece em suspensão pois não nos convencemos completamente sobre o caminho do pai de fato ser um caminho libertador, ou o do filho ser um caminho, ao final, constrangedor. Que libertação haveria nesse pai, preso a um pequeno pedaço movente de água, sozinho, dando-se a tarefa de permanecer parado no meio do fluxo de um rio vivo? Como vimos, os rios, em *Rosa*, são figurações da infinitude e da eternidade. Nada no texto nos faz imaginar que este rio, diferentemente, seja um rio subjugador, opressor, etc. Ora, se este pai não é alguém que se mostre querençoso de se confundir às águas, então ele será apenas sua margem sobreposta, um limite imóvel sobre seu fluxo, impondo-se como um terceiro sobre o rio: seu pretenso domador⁷. Por outro lado, esse filho que narra sua triste história para alguém, buscando em outrem um encontro derradeiro (uma pessoa que o coloque numa canoinha e o entregue para o

⁷ Talvez seja interessante sugerir – e esta ideia me ocorreu na leitura de Safatle (2015) – que um bom teste para avaliar uma fuga como libertadora será sua capacidade de gerar desejo de emancipação nos e para os outros. Sob este critério, a fuga do pai não seria libertadora (nem para o rio, nem para sua esposa, filha e filhos).

rio), não nos deixa de soar como um personagem alforriado, autoliberto, no final do conto. Como se depois de tantos anos a olhar o pai naquele rio largo de não se poder ver a outra beira ele decidisse, ao menos no artigo da morte, morrer livre do pai e dentro do rio. Insisto: o “*sou o que não foi*” anunciado pelo narrador no final do conto é, a despeito da impressão imediata, uma afirmação potente, vital, difícil de realizar: *sou aquele que, afetado também pelo rio, não foi para a canoa do pai*.

Para o escritor que pensa seu ofício como uma missão de libertar o homem do “peso da temporalidade” (ROSA, 1965, p. 84), não haverá a possibilidade de deixar de encarar a natureza coercitiva e normativa da relação de filiação instituída sob o modelo estatal do homem soberano, pai ordeiro e subjugador. A recusa necessária do Leviatã que o narrador nos lega talvez traga consigo uma estratégia inicial, ainda que ambígua, de emancipação: a perspicácia do *espelhamento traiçoeiro* diante desse monstro das águas. Pois, de minha parte, o grande mistério deste conto não está nas razões do pai (todas elas – loucura, feia doença, promessa religiosa – são muito plausíveis e não excludentes). Para mim o mistério está na perspectiva do filho: sua escapada vital, mas carregada de culpa. É nele que me pego pensando ao me perguntar: como escapar do medo e da melancolia estatais? Ou: como seria possível escapar coletivamente do Leviatã? Em certo sentido, o inacreditável não será a vida impossível do pai a navegar, soberano, forte, constante e parado no meio de um rio (nós sabemos muito bem a força do Leviatã...) – o inacreditável e o impossível será permanecer paralisado do lado de cá, identificados ao filho narrador antes de seu espelhamento traiçoeiro ao pai. A clássica incredulidade de Etienne de La Boétie, no século XVI, diante do que ele chamou de “servidão voluntária”, ainda ressoa com força e se nos impõe como um grande mistério: “Temos, antes, de procurar saber como esse desejo teimoso de servir se foi enraizado a ponto de o amor à liberdade parecer coisa pouco natural” (1571, p. 21).

Referências Bibliográficas

- ARBEX, D. *Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BEZERRA DE MENEZES, A. “Partida do audaz navegante” de Guimarães Rosa: ressonâncias odisséicas em clave minimalista. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, n. 20, p. 55-66, 2015.
- BULFINCH, T. (1867). *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. Trad. de David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- CARDOSO, L. (1943). *O livro de Job*. Trad. de Lúcio Cardoso. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.
- CLASTRES, P. (1974). *A sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política*. Trad. de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- GALVÃO, W. (1978). Do lado de cá. In: *Mínima mímica: ensaios sobre Guimarães Rosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 41-46.
- HOBBS, T. (1651). *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LA BOÉTIE, E. (1571). *Discurso sobre a servidão voluntária*. Brasília: LGE Editora, 2009.
- MBEMBE, A. (2003). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- RODRIGUES, A. L. As três margens do rio e o vertiginoso fluxo da vida. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 30, n. 86, p. 221-233, 2016.
- ROSA, J. G. (1956). *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ROSA, J. G. (1962). *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ROSA, J. G. (1965). Diálogo com Guimarães Rosa. (Entrevista concedida a Gunter Lorenz). In: COUTINHO, E. de F. (org.). *Guimarães Rosa: Coleção Fortuna Crítica 6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 62-97.
- ROSENBAUM, Y. Palestra: “A terceira margem do rio”. In: *Colóquio Internacional Primeiras Estórias: 60 anos*. (Evento online organizado pelo Grupo de Estudos “Siruiz”, UnB, em 2022). Disponível em: <https://youtu.be/KlnZ44xXQTM>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SAFATLE, V. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

WISNIK, J. M. (1995). A gaia ciência. *In: A gaia ciência*. Lisboa: Cadernos Ultramares, 2021, p. 15-48.